

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 24/08/2020.

THIAGO HENRIQUE SAMPAIO

PORTUGAL EM ÁFRICA

Continuidades e rupturas na colonização de Moçambique (1875-1926)

ASSIS

2018

THIAGO HENRIQUE SAMPAIO

PORTUGAL EM ÁFRICA

Continuidades e rupturas na colonização de Moçambique (1875-1926)

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

ORIENTADOR: PAULO CESAR
GONÇALVES

BOLSISTA CNPQ

ASSIS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. - Assis - Unesp

S192p Sampaio, Thiago Henrique
Portugal em África: continuidades e rupturas na
colonização de Moçambique (1875-1926) / Thiago Henrique
Sampaio. Assis, 2018.
295 f. : il.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr. Paulo Cesar Gonçalves

1. Colônias. 2. Imperialismo. 3. Moçambique. I. Título.

CDD 967.9



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: PORTUGAL EM ÁFRICA: Continuidades e rupturas na colonização de Moçambique (1875-1926)

AUTOR: THIAGO HENRIQUE SAMPAIO

ORIENTADOR: PAULO CESAR GONÇALVES

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em HISTÓRIA, área: HISTÓRIA E SOCIEDADE pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. PAULO CESAR GONÇALVES
Depto. de História / UNESP/ASSIS

Profª Drª LUCIA HELENA OLIVEIRA SILVA
Depto. de História / UNESP/ASSIS

Profª. Dra. PATRICIA TEIXEIRA SANTOS
UNIFESP / GUARULHOS

Assis, 24 de agosto de 2018

*À minha avó, Roselina Sandoval,
que sempre me apoiou na minha trajetória.*

AGRADECIMENTOS

Este momento de finalização da pesquisa, faz rememorar o porquê decidi seguir na área de História e minha trajetória estudantil dentro da Faculdade de Ciências e Letras (UNESP/Assis). Escolha que não me arrependo e que amadureci muito ao longo do caminho. Essa pesquisa só foi possível a colaboração, amizade e atenção direta e indiretamente de várias pessoas.

Ao meu orientador Paulo Cesar Gonçalves que com todo o zelo, paciência e profissionalismo me orientou por sete anos (iniciação científica e mestrado) e que se tornou um modelo de Historiador e Pesquisador para mim. Sem a sua atenção, sugestões, críticas e conselhos a pesquisa não teria chegado aos resultados obtidos.

Agradeço a participação nas bancas de defesa e qualificação das professoras Patrícia Teixeira Santos (UNIFESP) e Lúcia Helena Oliveira Silva (UNESP/Assis) por todo o profissionalismo, atenção, sugestões, conselhos e ajuda nessa pesquisa.

A minha família nas figuras de Roselina Sandoval (vó), Marcos Sampaio (irmão), Marta Sandoval (tia), Márcia Sampaio (mãe) e Zelinda Sampaio (tia) que sempre se preocuparam em saber como estava em Assis, ligavam todo dia e deram apoio total a seguir no caminho que escolhi.

Aos amigos que Assis e a universidade me trouxeram ao longo desses anos. Entre eles estão Arthur Duarte, João Paulo, Lucas Mota, Aline Nascimento, Monyque Nalia, Luiz Karat, Isadora Bueno, Daniela Oliveira, Leonardo Paes, Bruna Reis, Nathalia Agnes, Gabriela Cacefo, Renato Martins, Alex Rogério, José Pacheco, Lucas Boiani, Felipe Carmello e entre outros que não nomeei, mas que o companheirismo, a atenção e uma conversa amiga naqueles momentos de crise ao longo da pesquisa tiveram um papel fundamental para continuar o desenvolvimento da dissertação. Além de serem pessoas que se mostraram essenciais na minha caminhada.

Aos pesquisadores do grupo de pesquisa Religiões e Trajetórias das Experiências Missionárias em África pela acolhida e toda atenção dada ao longo da pesquisa, principalmente Raquel Gomes (UNICAMP), Elaine Ribeiro (UNIFAL-MG), Fabia Ribeiro (UNILAB) e Silvio Carvalho (UFRJ) por darem sugestões e ajudarem meus conhecimentos em África.

Aos funcionários da biblioteca, seção de pós-graduação e secretaria do departamento de História tais como Clarice Gonçalves, José Lino, Marcos Francisco e Sueli Franco que em todas as situações demonstraram agilidade, atenção e cuidados as dúvidas surgidas.

Aos professores do departamento de História Wilton Carlos Lima da Silva, Lucia Helena Oliveira Silva, Eduardo José Afonso, Milton Carlos Costa, Carlos Alberto Barbosa, Zélia Lopes, Tania de Luca e José Luis Beired por me fazerem ao longo da minha graduação e mestrado gostar cada vez mais de História e serem exemplos de docentes e Historiadores na minha formação.

A UNESP, especialmente a Faculdade de Ciências e Letras de Assis, pela qualidade da minha formação ao longo da graduação e da pós-graduação. Que mesmo com os desmazelos e sucateamento que vem passando tem resistido com maestria para propiciar a diversos estudantes como eu um ensino de qualidade e excelência.

Ao CNPq pelo auxílio financeiro indispensável para a conclusão da dissertação. É preciso destacar que, em momentos de crise como este, pesquisa na área de História no país não se realiza sem amparo público.

SAMPAIO, Thiago Henrique. 2018. **Portugal em África: continuidades e rupturas na colonização em Moçambique (1875-1926)**. f. 295. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2018.

RESUMO

A pesquisa teve como foco o percurso do colonialismo português em Moçambique durante os anos de 1875 a 1926. Na dissertação tivemos por objetivo analisar contemporâneos que participaram da administração colonial de Moçambique nos anos finais da Monarquia e da Primeira República, levando em consideração as transformações ocorridas em finais de Oitocentos. No direcionamento deste trabalho, acreditamos que a mudança de regime político que aconteceu em Portugal em 1910 com o advento da República não implicou em uma nova política colonial no que se refere ao Império Ultramarino. Assim, as bases do colonialismo herdadas dos anos monárquicos conservaram-se e adequaram-se com as demandas da República Velha e da situação internacional do imperialismo em África.

Palavras-chaves: Colonialismo, Imperialismo, Moçambique, Império Colonial Português

SAMPAIO, Thiago Henrique. 2018. **Portugal en Afrique: continuités et ruptures de la colonisation au Mozambique (1875-1926)**. f. 295. Dissertation (Maîtres en Histoire) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2018.

RÉSUMÉ

La recherche s'est concentrée sur le cours du colonialisme portugais au Mozambique de 1875 à 1926. Dans la thèse, nous partons de l'objectif d'analyser les contemporains qui ont été actifs dans les dernières années de la Monarchie et de la Première République qui ont participé à l'administration coloniale du Mozambique, en tenant compte des transformations survenues à la fin du XIX^e siècle. Dans le sens de ce travail, nous croyons que le changement de régime politique qui a eu lieu au Portugal en 1910 avec l'avènement de la République n'impliquait pas une nouvelle politique coloniale dans son Empire d'Outre-Mer. Ainsi, les bases du colonialisme héritées des années monarchiques ont été préservées et adaptées aux exigences de l'Ancienne République et à la situation internationale de l'impérialisme en Afrique.

Mots-clés: Colonialisme, Impérialisme, Mozambique, Empire Colonial Portugais

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 – Evolução do volume das trocas moçambicanas em cinquenta anos, entre 1845 – 1894 (em réis)	83
Tabela 2.2 – Dinheiro enviado pelo Ministério da Marinha e do Ultramar para despesas de Moçambique, 1888 – 1894 (em \$000)	104
Tabela 2.3 – Receitas de 1894 – 1897(em contos de réis)	106
Tabela 2.4 – Despesas de 1894 – 1897(em contos de réis)	106
Tabela 2.5 – Impostos Diretos cobrados na província de Moçambique, 1896 - 1897	107
Tabela 2.6 – Receitas de 1896 – 1898 (em contos de réis)	107
Tabela 2.7 – Despesas de 1896 – 1898 (em contos de réis)	108
Tabela 2.8 – Receitas de 1898 – 1899 (em contos de réis)	108
Tabela 2.9 – Despesas de 1898 – 1899 (em contos de réis)	108
Tabela 2.10 – Movimento comercial e importância dos direitos cobrados, 1887 – 1897	109
Tabela 2.11 – Rendimentos diretos e indiretos obtidos por Moçambique (1902-1906)	118
Tabela 2.12 – Rendimentos do Imposto de Palhota	119
Tabela 2.13 – Números de emigrantes por distrito (1906)	119
Tabela 2.14 – Movimento Migratório nos anos de 1903-1906	119
Tabela 2.15 – Importação de madeira de Moçambique (1921)	147
Tabela 2.16 Exportação de madeira de Moçambique para o Transvaal (1921)	147
Tabela 3.1 – Receitas provenientes dos arrendamentos dos prazos (1867-1871)	173
Tabela 3.2 – Movimento comercial das alfândegas em Moçambique (1870-1871)	177
Tabela 3.3 – Evolução do Movimento Comercial Registrado no Cabo Delgado, 189-1903	188
Tabela 3.4 – Comércio externo dos domínios africanos	196
Tabela 3.5 – Número de trabalhadores obtidos pela W.N.L.A (1898-1903)	240
Tabela 3.6 – Necessidades de mão de obra, segundo a Câmara das Minas (1901)	240
Tabela 3.7 – Produção de ouro nas minas do Rand (1903-1907)	241
Tabela 3.8 – Número de indígenas que se deslocaram para a África Austral (1903-1906)	242
Tabela 3.9 – Número de indígenas de Moçambique que se deslocaram para o Transvaal (1902-1907)	243
Tabela 3.10 – Número de emigrados por distrito de Moçambique (1902-1906)	243
Tabela 3.11 – Permanência de indígenas na região da África Austral (1906)	244
Tabela 3.12 – Permanência de indígenas na região da África Austral (1909)	245
Tabela 3.13 – Rendimentos da emigração (1905-1906)	245

Tabela 3.14 – Receitas da província de Moçambique (1905-1906)	246
Tabela 3.15 – Indígenas empregados pela W.N.L.A – 1904-1939	247
Tabela 3.16 – Trajeto de Johannesburg aos principais portos da África Austral	266
Tabela 3.17 – Rendimento do Caminho de Ferro de Lourenço Marques 1889-1890	267
Tabela 3.18 – Receitas e Despesas do Caminho de Ferro de Lourenço Marques (1890-1893)	270
Tabela 3.19 – Verba para o caminho de ferro de Lourenço Marques (1896-1897)	271
Tabela 3.20 – Verba para o caminho de ferro de Lourenço Marques (1897-1898)	272
Tabela 3.21 – Verba para o caminho de ferro de Lourenço Marques (1898-1899)	272
Tabela 3.22 – Receita do Caminho de Ferro de Lourenço Marques (1895-1897)	273
Tabela 3.23 – Despesas do Caminho de Ferro de Lourenço Marques (1895-1897)	273
Tabela 3.24 – Receita do distrito de Lourenço Marques (1864-1889)	274
Tabela 3.25 – Receitas cobradas na província nos anos econômicos de 1896-1906	276
Tabela 3.26 – Despesas cobradas na província nos anos econômicos de 1896-1906	277
Tabela 3.27 – Movimento do Caminho de Ferro de Lourenço Marques (1921-1925)	278
Tabela 3.28 – Tráfego de Carvão para o Transvaal (1921-1925)	278
Tabela 3.29 – Entrada nos portos de Lourenço Marques (1921-1925)	279

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 – Evolução do Volume das Trocas Moçambicanas em Cinquenta Anos, 1845-1894	84
Gráfico 2.2 – Dinheiro enviado pelo Ministério da Marinha e do Ultramar para despesas de Moçambique, 1888-1894	105
Gráfico 3.1 – Evolução do Movimento Comercial Registrado no Cabo Delgado, 1891-1903 (em contos de réis)	189
Gráfico 3.2 – Produção de copra da Companhia do Boror	194
Gráfico 3.3 – Rendimentos do Caminho de Ferro de Lourenço Marques (1889-1911)	269

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 – Limites da Província de Moçambique (1891)	57
Figura 3.1 – Áreas de operação das companhias concessionárias em Moçambique	197
Figura 3.2 – Evolução no número de toneladas de produtos no porto da Beira entre 1892 a 1927	257
Figura 3.3 – Transvaal – ferrovias e zona de concorrência de Johannesburgo	266

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 – PORTUGAL E MOÇAMBIQUE NOS PROCESSOS COLONIAIS EUROPEUS	22
1.1 O Colonialismo europeu em Oitocentos.....	22
1.2 Portugal e Moçambique frente aos desafios coloniais.....	34
CAPÍTULO 2 – ADMINISTRAÇÕES E PROPOSTAS COLONIAIS – DILEMAS E IMPASSES DA MONARQUIA E DA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	81
2.1 As administrações de Moçambique	82
2.2 Os Congressos Coloniais Nacionais (1901-1924): duas décadas de incertezas	157
CAPÍTULO 3 – MOÇAMBIQUE ENTRE OCUPAÇÃO E RESISTÊNCIA: ECONOMIA, TERRA E TRABALHO	171
3.1 Expropriação de terras e outras formas de controle	172
3.2 O trabalho forçado: legislação, dinâmica e resistências	226
3.3 Economia e integração: portos e caminhos de ferro	250
CONSIDERAÇÕES FINAIS	282
REFERÊNCIAS	288
Fontes.....	288
Bibliografia	290

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como foco o colonialismo português em Moçambique entre 1875 a 1926. Para entrarmos no período analisado temos que entender que nas primeiras décadas do século XIX inúmeras expedições percorreram o interior da África partindo dos rios que desaguavam no litoral. As viagens de exploração tinham por objetivo desbravar uma localidade até então desconhecida e que repercutia no imaginário europeu¹. Os relatos de diversos viajantes causaram interesse aos leitores europeus sobre um continente que contava com poucas investigações geográficas acerca do seu interior. Até o último quartel do século XIX, a presença europeia em África resumia-se a determinadas porções no litoral e a alguns poucos pontos isolados de seu interior. Amparadas em interesses comerciais, na busca por matérias-primas, mão de obra e mercado consumidor, as potências europeias começaram a adentrar no continente.

Portugal em início de Oitocentos perdeu sua colônia mais rentável, o Brasil. A partir da independência brasileira começou a se interessar pelo continente africano. A presença lusitana naquela localidade já era verificada desde o século XV. Entretanto, nunca houve relevância em ocupar e empreender uma exploração em seu interior. Tudo começou a mudar em finais do século XIX com a corrida europeia para a África.

No último quartel do século XIX ganhou força a preocupação com o continente africano desencadeada por diversas viagens de exploração para a localidade². Os interesses dos países europeus na África podem ser compreendidos como desdobramentos dos avanços do econômicos, de uma nova mentalidade amparada no darwinismo social, das crescentes tendências do racismo científico e na reconfiguração geopolítica europeia que incentivava a supremacia por territórios. Até a Conferência de Berlim em 1884-1885 não havia propriamente uma política europeia em relação à África, mas disputas de esferas de influências. Portugal, antigo reino pioneiro na colonização, seguia uma política baseada em fundamentos históricos, porque se mostrava, de longe, a mais frágil das potências coloniais em todos os aspectos: recursos econômicos, capacidade militar e disponibilidade de mão de

¹ SANTOS, Gislene Aparecida dos. Ideias e imagens de uma gente de cor preta: selvagens, exóticos, demoníacos. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 2, p. 78-9, 2002; HENRIQUES, Isabel Castro. Construção da História: Sedimentação das culturas coloniais. IN: *Os pilares da diferença: as relações Portugal-África entre os séculos XV-XX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2004, p. 15-31;

² WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África, 1880-1914*. São Paulo: Revan/ Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008; HOCHSCHILD, Adam. *O fantasma do rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999; SANTOS, Maria Emilia Madeira. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. Lisboa: Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1978;

obra³. Suas poucas indústrias eram um reflexo da forte dependência econômica em relação a Inglaterra.

No caso de Moçambique, a dominação portuguesa no território, até a última década do século XIX, restringia-se à costa litorânea e a pontos isolados no interior, ou seja, a ocupação era praticamente a mesma do início do século XVII⁴. Comparando a região com Angola percebemos dissonâncias: o processo de ocupação angolana apresentava algumas diferenças e contava com melhor organização administrativa e maior população portuguesa.

Os planos de colonização lusitana em finais de XIX fizeram parte das transformações sofridas pela sociedade europeia e no desenvolvimento do capitalismo em Portugal. Apesar de ser uma sociedade capitalista dependente de outras regiões, seu ideário colonial teve forte teor nacionalista⁵. Portugal era essencialmente agrícola, sobretudo quando comparado a outras potências que já haviam passado pelo processo de industrialização; suas poucas indústrias tinham grande dependência econômica inglesa⁶.

Portugal passava por uma forte transformação nas questões políticas. A Monarquia se enfraquecia cada vez mais devido a escândalos e acusações de má gestão no Império. Aos poucos, os discursos republicanos começaram a ganhar força na sociedade lusitana. Diferente da monarquia, os republicanos acreditavam em uma mudança radical na questão colonial. As colônias precisariam passar por uma série de transformações para melhorar seu desenvolvimento econômico aumentando a arrecadação para os cofres da metrópole. Na última década do século XIX, exatamente em janeiro de 1890, o regime monárquico sofreu um duro golpe desencadeado pelo *ultimatum* britânico. Isso intensificou as críticas republicanas à Monarquia, vista como um atraso para o país. Além dos problemas políticos internos, os portugueses sofriam com uma grave crise econômica que dificultava o investimento nas colônias.

Desenvolveram-se diversas propostas para a ocupação efetiva de Moçambique, algumas buscando se apoiar em instituições existentes na localidade (os prazos) e outras defendiam a administração de parte da colônia por empresas privadas, as chamadas Companhias Majestáticas e Companhias Arrendatárias de Prazos. Além disso, o território

³ MARQUES, A H. de Oliveira. *História de Portugal: das revoluções liberais aos nossos dias*. Vol II. Lisboa: Palar Editores, 1998, p. 166.

⁴ ANDERSON, Perry. *Portugal e o ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 27.

⁵ PEREIRA, Miriam Halpern. *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, 1994, p. 157.

⁶ PEREIRA, Miriam Halpern. *Livre-câmbio e desenvolvimento econômico: Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971, p. 20.

moçambicano não possuía suas fronteiras delimitadas e nem estava com seu interior ocupado, tarefa que foi realizada por guerras de ocupação até a Primeira Guerra Mundial.

Em 1910, com o advento do Regime Republicano, acreditou-se que diversas transformações aconteceriam no Império Colonial. Entretanto, as promessas e discursos republicanos criticando as más gestões monárquicas para as colônias tornaram-se letra morta. A Primeira República representou um regime debilitado, com pouco apoio internacional e cada vez mais fragmentado. Desta forma, uma administração que começou com diversos percalços deu pouca atenção para seus territórios coloniais. Com o término do período denominado República Velha, em 1926, notamos poucos investimentos em melhorias no desenvolvimento e gestão colonial. No caso de Moçambique, a colônia entrou em profunda crise econômica acarretada por uma fraca administração levada a cabo pelos seus administradores.

Diante do que apresentamos, a pesquisa analisou os sujeitos contemporâneos envolvidos nos anos finais da Monarquia e da Primeira República Portuguesa que empreenderam ou participaram da administração colonial de Moçambique. Levaremos em consideração as transformações acarretadas no último quartel de XIX – como a tentativa de abertura da economia colonial portuguesa e o despertar nacionalista *pós-ultimatum* – e suas implicações no desenvolvimento das bases para a tentativa de ocupação produtiva e definição dos contornos territoriais de Moçambique.

Por outro lado, não se pode esquecer que as novas diretrizes do colonialismo europeu vigentes no último quartel do século XIX e início do XX também pautaram a reorganização da política colonial portuguesa, refletida, especialmente na colônia de Moçambique, devido à sua posição estratégica no Império Colonial Português, por abrigar os portos de Beira e de Lourenço Marques, os mais importantes da África Austral, e pela forma de ocupação, que ganhou corpo nas últimas décadas do século XIX, através das Companhias Majestáticas que caminharam lado a lado com o sistema de “prazos” presente há séculos no território.

Como eixo norteador da dissertação, acreditamos que o papel desempenhado pela mudança de regime político em Portugal, com a proclamação da República em 1910, apesar da formatação de um discurso relacionado à ideia de mudança e de modernidade, não desencadeou necessariamente uma nova dinâmica colonial em seu Império Ultramarino. Sob essa perspectiva, a pesquisa se desdobrou nos seguintes objetivos: a) analisar a conformação da moderna política colonial portuguesa no quartel final do século XIX e decênios iniciais do XX em relação a Moçambique, levando-se em conta o avanço do capitalismo no país e a

dinâmica colonial europeia; b) entender em que medida houve rupturas e continuidades nas relações entre a metrópole e Moçambique, sobretudo na forma de ocupação e administração, em dois momentos específicos: após a instauração da República e nas décadas finais do regime monárquico.

Nossos referenciais teóricos baseiam-se em Fernand Braudel⁷ e Serge Daget⁸ por refletirem sobre sistemas e instituições de longa duração e a persistência de mecanismos sociais mesmo com a alteração de regimes políticos. Consideramos a colonização portuguesa como um processo de *longa duração* enraizado na sociedade desde o século XV. O colonialismo, sendo uma estrutura que perpassou séculos, fez com que certos elementos estáveis permanecessem por gerações. Assim, em consonância com o que Marc Ferro⁹ assinalava devemos entender a colonização como um fenômeno vinculado às formas de dominação que se sucederam do século XIII até o século XX entrelaçados com seus panoramas econômicos, geográficos, históricos e políticos próprios de cada país colonizador.

No caso analisado, partimos dos pressupostos da *média duração*, as *conjunturas* políticas, sociais e econômicas presentes no cenário português no século XIX e início do XX, que balizaram sua perspectiva colonial, como já observaram Valentim Alexandre e Pedro Lains¹⁰: o efeito imediato da perda do Brasil, o fim do tráfico de escravos, a adequação da economia portuguesa às novas demandas colonialistas de final de século. Segundo Valentim Alexandre, Portugal não teve cortes ou rupturas na história do seu colonialismo, mas desvios temporários, denominados fugas da “vocação colonial” que eram corrigidos rapidamente¹¹.

Segundo Pierre Rosanvallon, devemos compreender as formas e as racionalidades políticas dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação visando o desenvolvimento futuro¹². À luz dessas observações, analisaremos a participação de estudiosos e publicistas como representação dos grupos sociais diretamente envolvidos nas definições da política colonial de finais de XIX e

⁷ BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre História*. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 49.

⁸ DAGET, Serge *La traite des Noirs. Bastilles négrières et velléités abolitionnistes*. Rennes: Ouest-France Université, 1990.

⁹ FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 12-13.

¹⁰ LAINS, Pedro. “Causas do colonialismo português em África, 1822-1975”. *Análise Social*. Lisboa, v. 33, n. 146-147, 1998; ALEXANDRE, Valentim. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa, 1979, p. 11-22.

¹¹ ALEXANDRE, Valentim. *Op. cit.*, p. 07.

¹² ROSANVALLON, Pierre. “Por uma História Conceitual do Político”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 15, n. 30, pp. 9-12, 1995.

início de XX, na quais tiveram como a base do seu pensamento colonialista a época da monarquia (tanto de adesão como oposição) que ao longo dos séculos desfrutaram do papel de condutora do processo. Assim, trabalhamos ao longo da pesquisa com memórias de governadores-gerais e altos-comissários da colônia de Moçambique, relatórios do Ministério da Marinha e do Ultramar, além de estudos elaborados pela Sociedade de Geografia de Lisboa.

Apresentaremos uma amostra da documentação utilizada na pesquisa. Mousinho de Albuquerque foi comissário-régio da colônia durante os anos de 1896-1898. Ao longo do seu governo, buscou maior investimento de capital nacional e avançar economicamente o desenvolvimento da colônia. Em sua obra, *Moçambique (1896-1898)*, é denunciado muitas vezes o descaso da metrópole para as colônias¹³.

A mesma posição foi advogada por Brito Camacho, primeiro alto-comissário da República para Moçambique, que ao escrever *Moçambique: problemas coloniais*, em 1926, assinalava o contínuo descaso e o desconhecimento de Portugal pelas suas colônias. Ele afirmava

Ao paiz tem-se dito, repetidas vezes, que o seu futuro está nas colônias; mas se ele não sabe, rigorosamente, o que elas são e o que valem, que razões tem para se mostrar inquieto ou satisfeito relativamente aos destinos ulteriores d'essa vastíssima porção do território nacional? ¹⁴

No Congresso Colonial Nacional de 1901, Aires de Ornellas escreveu seu projeto, *A nossa administração colonial o que é, o que deve ser*, que propunha novas formas de organização administrativas nas colônias, como por exemplo, uma maior autonomia da administração local de cada província ultramarina e maior investimento do mercado nacional nos territórios coloniais.

Outro publicista do período é Basílio Telles, que, em sua obra *Do ultimatum ao 31 de janeiro*, abordou o primeiro ano após o *ultimatum*. A partir do escrito, iremos estudar as primeiras medidas adotadas pelo Governo de Lisboa e as reações de populares ocasionadas pelo *ultimatum*, muitas destas, inclusive, favoráveis às mudanças de regime político.

O Ultimatum visto por Antônio Enes, é uma coletânea de artigos publicados no período de 1889 a 1891, no periódico *O Dia*, no qual António Enes, importante figura do colonialismo português em finais de Oitocentos, abordou o cenário político português

¹³ ALBUQUERQUE, Mousinho. *Moçambique: 1896 – 1898*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1934.

¹⁴ CAMACHO, Brito. *Moçambique: problemas coloniais*. Lisboa: Livraria Editora, 1926, p. 9.

durante os acontecimentos que segue o *ultimatum* e se posicionou firmemente contrário a aceitação do governo português perante as exigências da Inglaterra.

Em outro escrito, *A Guerra da África em 1895*, António Enes relatou a experiência vivida durante o conflito contra o Reino de Gaza, importante sociedade local que se opôs a dominação portuguesa em Moçambique. No período, ele foi nomeado comissário-régio da colônia e detinha total apoio do governo português para implantar mudanças referentes à ocupação do território moçambicano.

Por outro lado, a pesquisa apresentou o uso de fontes quantitativas que fornecem dados sobre o volume de comércio entre metrópole e colônia, os níveis econômicos de Moçambique (receitas, importação e exportação) durante as administrações coloniais, a importação dos caminhos e portos e a importância mercantil das regiões gestadas pelas Companhias Majestáticas e Arrendatária de Prazos. A análise dessa documentação apoia-se na História Econômica Quantitativa¹⁵. Relatórios do Ministério dos Negócios da Marinha e do Ultramar, Boletins da Sociedade de Geografia de Lisboa e algumas memórias cotejados com a bibliografia apresentam indícios do crescimento e melhorias econômicas na localidade.

Para responder à problemática levantada, a pesquisa foi dividida em três capítulos. No primeiro, *Portugal e Moçambique nos processos coloniais europeus*, contextualizamos o fim da presença lusitana no Brasil até as reações de Portugal e Moçambique na Primeira Guerra Mundial. Apresentar esse período é necessário para entendermos as transformações da política colonial europeia e a forma que os portugueses buscaram se inserir e participar dessas mudanças.

No segundo capítulo, *Administrações e propostas coloniais – dilemas e impasses da Monarquia e da Primeira República*, apresentamos quatro administradores coloniais: António Enes, Mousinho de Albuquerque, Freire de Andrade e Brito Camacho. Os três primeiros participaram ativamente das transformações que Moçambique passava ao final da Monarquia. António Enes foi um dos principais responsáveis pela idealização de uma política colonial portuguesa em final de Oitocentos. Mousinho de Albuquerque e Freire de Andrade buscaram a implantação de melhorias elencadas por Enes, não deixando de serem

¹⁵ PRADO Jr., Caio. “História quantitativa e o método da historiografia”. *Debate & Crítica*, n. 6, 1975, pp. 1-19; FURET, François. “A história quantitativa e a construção do fato histórico”. IN SILVA, Maria B. Nizza da. *Teoria e História*. São Paulo: Cultrix, 1977, pp. 1-19; SOBOUL, Albert. “Descrição e medida em história social” IN A História Social: problemas, fontes e métodos. Colóquio da Escola Normal Superior de Saint-Cloud (15-16 de maio de 1965). Lisboa: Edições Cosmos, 1973, pp. 25-45.

críticos a algumas medidas. Já Brito Camacho foi um dos gestores que ficou por mais tempo em Moçambique durante a Primeira República, outros administradores coloniais que passaram pela colônia ficaram por curto período e causaram pouco impacto na localidade. Ao final do capítulo, apresentamos os Congressos Coloniais realizados em 1901 e 1924 durante dois regimes políticos e ideológicos distintos. Em que pese a diferença temporal e conjuntural, suas propostas e discussões guardam muitas semelhanças, o que demonstra que diversos problemas e situações coloniais perpassaram as transformações administrativas de Portugal.

Por fim, no último capítulo, *Moçambique entre ocupação e resistência: economia, terra e trabalho*, analisaremos o controle português no território moçambicano a partir da perspectiva da apropriação de terra, tributação e da mão de obra. Para compreendermos como foi imposta a dominação apresentaremos algumas instituições que estiveram presentes ao longo do período estudado como as Companhias Majestáticas e Arrendatárias dos Prazos, o papel das Campanhas de Pacificação para a integração de áreas não administradas por portugueses na localidade, a criação de uma legislação laboral para o controle das sociedades nativas e a construção de portos e ferrovias empregando o trabalho correcional. Veremos que essas instituições não foram aceitas pelas populações locais e as diversas formas de resistências a elas, como a emigração para a região do Transvaal e o combate contra os portugueses nas campanhas coloniais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa percebe-se que a política colonial portuguesa em finais de XIX e início de XX estava inserida na corrida imperialista de seu tempo. Portugal tentou se adequar às demandas do Imperialismo e buscou, inicialmente, reivindicar seus direitos históricos. Os lusitanos não possuíam condições econômicas, políticas e militares para a ocupação efetiva de diversos territórios historicamente ligados a eles.

Na década de 1890, Portugal sofreu um revés em sua trajetória colonial: o *ultimatum* britânico, que não pode ser encarado como um fator único no processo de aceleração da ocupação de Moçambique, mas como um elemento catalisador. Portugal por ser um país historicamente colonizador, e a presente afirmação estar viva na mente de seus habitantes, sentiu seu orgulho pátrio sendo ultrajado perante as reivindicações inglesas. Os únicos vitoriosos que saíram da crise diplomática causada pelo *ultimatum* e pelo Tratado são a Inglaterra e o Partido Republicano. A Inglaterra, que ampliara seus domínios na África após a aprovação final do Tratado, mostrou para o mundo seu poder de potência colonizadora a partir do momento que subjugou uma nação europeia aos seus interesses.

O Partido Republicano no período do Tratado e pós-Tratado foi visto como o partido da *Pátria*, pois criticou duramente a postura dos partidos monárquicos perante as exigências. O patriotismo causado por tais fatos foi muito bem explorado pelo Partido para sua propaganda. O Partido Progressista e o Partido Regenerador foram considerados como cúmplices da Inglaterra pela população, pois os progressistas aceitaram o *ultimatum* e os regeneradores concordaram com o Tratado e procuraram executá-lo. O rei, que detinha sua popularidade cada vez mais em baixa, começou a ser visto como um “aliado natural” da Inglaterra.

O Tratado não era o fim dos problemas coloniais para Portugal. Os territórios de Angola e Moçambique tinham a maioria de suas áreas não controladas, a metrópole portuguesa precisou criar formas de pacificação e desenvolvimento destas áreas. Tarefa que não foi simples nem rápida, visto que a situação econômica vivida pelos portugueses era complicada, um país fortemente agrário e que não havia passado por um desenvolvimento industrial. A solução encontrada foi a concessão de grandes porções do território de Moçambique a Companhias com direitos majestáticos com capital privado e estrangeiro.

Algumas companhias fracassaram e outras se tornaram prósperas, contribuindo para o rápido crescimento da economia da colônia. A Companhia de Niassa mostrou-se pouco

comprometida pela administração em sua área. Companhia de Moçambique instalou-se efetivamente no território que lhe cabia e se tornou a mais poderosa Companhia Majestática em Moçambique. Para as regiões das empresas se desenvolverem e progredirem foi necessário uma série de obras de infraestrutura utilizando o trabalho compulsório da população local.

As companhias construíram estradas e portos para importação e exportação de produtos no mercado colonial moçambicano. Foram responsáveis pela criação da ferrovia que ligava o porto de Beira a Rodésia, atual Zimbábue, inaugurada em 1899. Ao longo de suas administrações, as companhias seguiam políticas que beneficiavam a colonização branca portuguesa e davam pouca atenção à população negra. Suas práticas prejudicaram a produção da agricultura familiar e forçaram grande contingente populacional a se mudar para o Transvaal devido à mineração de ouro que estava em ascensão na localidade. Não apenas os recursos minerais ajudaram a criação de um êxodo migratório para a localidade, mas a figura do trabalho forçado e das imposições da tributação (como o imposto de palhota) constituíram-se em fatores importantes para as altas taxas de emigrantes.

Moçambique, ao final do século XIX, passou por uma série de administrações e legislações que buscavam proporcionar condições de desenvolvimento e administração para a localidade. António Enes foi o primeiro administrador colonial a pensar nisso, responsabilizando-se pela Comissão dos Prazos e pela Comissão de Regulamento do Trabalho Indígena. Seu pensamento baseado em um racismo científico esteve presente nas legislações apoiadas por ele. Entre 1893 a 1895 esteve em Moçambique e o administrou na função de Comissário-Régio, detinha importante poderes administrativos.

O governo de António Enes obteve poucos resultados práticos, mas influenciou seus sucessores na melhoria da administração da colônia e no seu desenvolvimento econômico. É inegável que o pensamento de Enes visava uma maior autonomia dos poderes locais perante Lisboa. Podemos considerar seu governo como a base da construção de Moçambique, pois criou metas de administração, desenvolvimento e militares que serão seguidas por seus sucessores até o final da monarquia. Em diversos momentos durante a Primeira República Portuguesa seus ideais colonizadores serão invocados pelos republicanos.

Em seus discursos notamos que era vantajoso desenvolver Moçambique em prol de Portugal. Ele era favorável a entrada de capitais nacionais, mas não era totalmente contrário a investimentos estrangeiros na localidade. A partir de suas propostas e metas aplicadas a

partir de 1895 percebermos características desenvolvimentistas na localidade como a construção de infraestrutura para o Estado Colonial.

Seu sucessor, Mousinho de Albuquerque, ao mesmo tempo em que defendia as propostas de António Enes foi um de seus críticos. Ele buscou restabelecer a honra dos portugueses nas questões militares e dar continuidade e prioridade ao caráter desenvolvimentista e ocupacional em Moçambique. Em seu mandato, 1896-1898, conseguiu conquistar terras que há séculos estavam sendo reivindicadas por Portugal, mas nunca efetivamente ocupadas. Suas campanhas fortaleceram a mentalidade patriótica em busca de estimular o imaginário sobre o papel colonizador português.

Assim como Enes, Mousinho acreditava na missão civilizadora de Portugal em África, desta forma podemos encarar seu pensamento colonial como conservador. Mousinho defendia que era necessário colocar o indígena em trabalhos manuais para aproveitá-lo na exploração agrícola e industrial na colônia. Com o trabalho, a população local passaria por uma transformação de “selvagem” para “civilizado”. Foi ferrenho defensor da descentralização administrativa. Acreditava que os administradores em Lisboa conheciam pouco do império colonial, assim não sabiam das reais necessidades de transformação das localidades. Defendeu que legislações semelhantes à da metrópole não deveriam ser introduzidas em Moçambique, introduziu um código de leis próprios para a localidade.

O último governador do período monárquico, Augusto Freire de Andrade, buscou um rápido desenvolvimento de Moçambique a partir da implantação de maiores liberdades aos seus governadores distritais e a consolidação de uma política de exportação de mão de obra as minas do Transvaal. Seu governo fez parte das etapas finais das Campanhas de Pacificação, que terminaria ao final da Primeira Guerra Mundial.

Estes três governadores-gerais merecem destaque no seu papel de governança no período de 1890-1910, pois suas políticas foram contrárias ao caráter centralizador da política colonial portuguesa de final de XIX e seus ideais colonialistas obtiveram resultados satisfatórios ao longo de suas administrações, alguns futuramente serão usados como símbolo do caráter colonizador de Portugal pelo Estado Novo, como no caso de Mousinho de Albuquerque.

Em início do século XX, o Primeiro Congresso Colonial Nacional realizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa se pôs como um evento de discussão para assuntos da política colonial portuguesa. O momento de sua realização evidenciou um enraizamento das novas doutrinas portuguesas em seus domínios em África e buscou-se a efetivação das

menções e propostas aprovadas. Ao final da Primeira República, em 1924, ocorreu à realização do Segundo Congresso Colonial Nacional, diversas propostas levantadas em 1901 ainda estavam presentes, dessa forma notamos que a efetivação dos modelos coloniais discutidos no primeiro evento não se concretizou na prática. Nesse segundo evento, propostas de formas mais generalizadas foram apresentadas, demonstrando como as políticas coloniais da República Velha não estavam claras para os colonialistas e administradores coloniais. As monções aprovadas no final do Congresso nunca foram postas em práticas, pois o regime republicano, que havia começado efêmero, dava seus últimos suspiros de ineficiência.

Durante a Primeira República, buscou-se dar continuidade ao Império Ultramarino herdado de séculos de administração monárquica. Como o país estava passando por um caos político, o Império foi deixado de lado em várias situações. Os republicanos defenderam uma maior descentralização administrativa comparada com os anos anteriores, mas essa autonomia nas gerências locais aconteceu pontualmente ao longo do período da República Velha. Os republicanos só conseguiram compreender as dinâmicas próprias do Império Colonial nos momentos finais da República. Mas, ao longo dos seus dezesseis anos, acreditaram, assim como os monarquistas, que se realizaria a construção de um novo Brasil em África.

Em diversos discursos do Parlamento, na época republicana, notamos que escritos de António Enes, Mousinho de Albuquerque e Freire de Andrade são resgatados, principalmente aqueles com o caráter desenvolvimentista e de autonomia colonial. Isso demonstra que a República tentou colocar em prática esses preceitos, sem muito sucesso.

Os republicanos, ao mesmo tempo em que pensaram uma política própria para as questões coloniais, remodelaram diferentes forças empregadas na dominação portuguesa em África. As Companhias de Concessão, Portos e Caminhos de Ferros, Campanhas de Pacificação, Movimentos Migratórios foram meios que possibilitaram a continuidade das políticas coloniais de Oitocentos, os fatores que ligavam estes mecanismos eram os prazos, o trabalho forçado, a tributação e a tomada de terras colocados em prática na ocupação Moçambique. Assim, seus ideais colonialistas formam uma simbiose entre políticas monárquicas e adequações para o momento vivido. Percebemos isso ao analisarmos as medidas adotadas para o Império Colonial entre 1910 a 1926. No caso de Moçambique, tais práticas evidenciaram-se durante a administração de Brito Camacho.

Brito Camacho ao assumir Moçambique ainda reclamava da falta de clareza da política colonial empregada por Portugal e as mesmas dificuldades que seus antecessores: a falta de conhecimento de Lisboa perante suas colônias, a ausência de propaganda do Império Colonial, o baixo movimento migratório para a África, a falta de investimentos, a necessidade de maior autonomia local, e as disputas com a administração central. Em suas memórias sobre Moçambique, exaltou importantes nomes da política colonial dos anos final da Monarquia: Mousinho de Albuquerque, Antonio Ennes, Aires de Ornellas, Freire de Andrade e outros. Suas práticas gestoras buscaram maior autonomia em relação a Lisboa, mas devido a problemas políticos seu mandato sofreu forte oposição. Na metade do seu mandato, devido a práticas incoerentes e abusivas foi afastado da administração da colônia. Após sua retirada, Moçambique passou por uma série de crises financeiras e econômicas, assim como o restante do Império Colonial Português. O desequilíbrio das questões coloniais mostrava a debilidade econômica, política e moral que a Primeira República estava sofrendo a partir de 1924. Com a grave crise veio o seu fim, a queda deste regime aconteceu da mesma forma que o seu surgimento: sem grandes impactos e perspectivas para a sociedade portuguesa e seu Império Colonial.

Além dos fatores apresentados, os prazos e o trabalho forçado foram mecanismos que estiveram presentes nas causas e organizações de diferentes instituições (Companhias de Concessões, Campanhas de Pacificação, Porto e Caminho de Ferro, Movimentos Migratórios) do colonialismo português empregado em Moçambique. Dessa forma, podemos considerá-las como engrenagens deste Imperialismo que ganhou forma nos anos finais de XIX e propagou-se ao longo da República Velha.

Quanto ao trabalho forçado empregado em Moçambique, temos que entender que foi um dos principais mecanismos para a construção do Estado Colonial na localidade. Foi utilizado como meio de sustentação das Companhias e para a construção de infraestruturas locais (portos e caminhos de ferros). Ao se debater a evolução da lei laboral, notamos que ela veio nos últimos anos da monarquia e um dos seus principais formuladores foi Antonio Enes, no qual participou de duas comissões sobre o Regulamento do Trabalho Forçado. Ao se comparar as leis laborais empregadas na Monarquia e na República, notamos que pouca coisa se alterou, a base de todas as medidas foi o Regulamento de 1899.

Todos os administradores coloniais defenderam a prática do trabalho para o desenvolvimento dos indígenas, alguns com mais intensidade que outros. Desta forma, notamos que o emprego do trabalho forçado era utilizado em momentos propícios para

aumentar as receitas locais, como o aumento do contingente populacional para as minas do Rand ou da construção dos caminhos de ferro. Esse deslocamento de massas populacionais para o trabalho em outras localidades nem sempre foi controlado pelo Estado, mas sempre ocorreram tentativas das administrações portuguesas tirar vantagens dela.

Enfim, a política colonial portuguesa e a ocupação de Moçambique foram uma pequena fração da política europeia de dominação e subordinação de povos nos continentes africanos e asiáticos que a historiografia denominou de Imperialismo. O caso português é especial, diferente das demais potências do período, o país não tinha capacidade de desenvolver seu legado colonial histórico em África. Notamos que durante o período de 1875 a 1926 ocorreram continuidades de diversas práticas no âmbito econômico, político e religioso para as colônias. As únicas tentativas de ruptura destas continuidades coloniais só ocorreram em momentos de grande crise no Império, como ao final da Primeira Guerra Mundial e a partir de 1924 quando Portugal e seus territórios ultramarinos passaram por uma grave crise financeira. Nesse momento de instabilidade, a República Velha tentou se reinventar a partir das colônias, mas não teve tempo hábil para colocar em prática suas propostas de recuperação.

REFERÊNCIAS

Fontes

- Actas das Sessões Secretas da Câmara dos Deputados e do Senado da República sobre a Participação de Portugal na I Grande Guerra*. Lisboa, Assembleia da República: Afrontamento, 2002.
- AGUIAR, Chaves de. *A administração colonial*. Lisboa: Typographia Lisbonense, 1891.
- ANAIIS DO PARLAMENTO PORTUGUÊS (1875-1926)
- ALBUQUERQUE, Mousinho. *A campanha contra os Namarras: Relatórios enviados ao Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar pelo Comissário Régio da Provincia de Moçambique*. Lisboa: 1897.
- ALBUQUERQUE, Mousinho. *Campanha contra o Maguiguana nos Territórios de Gaza em 1897: relatórios enviados ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar pelo Commissario Regio da Provincia de Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898.
- ALBUQUERQUE, Mousinho. *Cartas de Mousinho de Albuquerque ao Conde de Arnoso*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações do centenário de Mousinho de Albuquerque, 1957.
- ALBUQUERQUE, Mousinho. *Livro das campanhas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1935.
- ALBUQUERQUE, Mousinho. *Moçambique: 1896 – 1898*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1934.
- ALBUQUERQUE, Mousinho. *Ofício dirigido ao Conselheiro Álvaro da Costa Ferreira*. Lisboa: 1957.
- ANDRADE, Alfredo Freire. *Colonização de Lourenço Marques*. Porto: Typographia de A. J. da Silva Teixeira, 1997.
- ANDRADE, A. Freire. *Relatórios sobre Moçambique*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1907.
- ARAUJO, A. J. Lourenço Marques. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.
- BOLETIM DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA (1876-1926).
- CAMACHO, Brito. *Moçambique: problemas coloniais*. Lisboa: Livraria Editora, 1926.
- CAMACHO, Brito. *Política Colonial*. IN. *Cadernos Coloniais*. N. 26. Lisboa: Editorial Cosmos, 1936.
- CAMACHO, Brito. *Portugal na Guerra*. Lisboa: Guimarães & C Editores, 1934.
- CASTRO, Alvaro de. *África Oriental Portuguesa. Notas e impressões*. Lisboa: Académico, s.d.
- CAYOLLA, Lourenço. António Enes. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1936.
- COSTA, Afonso. *Estudos de Economia Nacional: o Problema da Emigração*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.
- COSTA, Eduardo da. *Eduardo da Costa: coletânea das suas principais obras militares e coloniais*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1939.
- COSTA, Eduardo da. *Ocupação militar e domínio efectivo nas nossas colônias*. Lisboa: 1903.
- CORVO, João Andrade. *As províncias ultramarinas*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 4 volumes, 1883.
- COUTINHO, João de Azevedo. *A campanha do Barué em 1902*. Lisboa: 1904.
- Diário das Sessões da Câmara dos Deputados*.
- Diário das Sessões do Congresso*.

- ENES, António. *A guerra de África de 1895*. Lisboa: Typographia do Dia, 1898.
- ENES, António. *Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1947.
- FARO JUNIOR, J. D. C. de Sousa. *Zambézia (1900-1902)*. Lisboa: Typographia de J. F. Pinheiro, 1903
- FERREIRA, António Rita. *O movimento migratório de trabalhadores entre Moçambique e a África do Sul*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1963.
- GUERRA, D. Santos. *No país dos vátuas*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1896.
- JORNAL O AFRICANO (1908-1919)
- JORNAL O BRADO AFRICANO (1918-1937)
- MACHADO, Mariano. Missões colonizadoras, missões laicas e religiosas. IN: SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *II Congresso Colonial Nacional. De 6 a 10 de maio de 1924. Teses e Actas das Sessões*. Lisboa: América, 1924.
- MANTERO, Francisco. A mão de obra indígenas colônias africanas. IN: SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *II Congresso Colonial Nacional. De 6 a 10 de maio de 1924. Teses e Actas das Sessões*. Lisboa: América, 1924.
- MARTINS, F. A. Oliveira (Org.). *O Ultimatum visto por António Enes (com um estudo biográfico)*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1946.
- MATTOS, Norton de. *Memórias e trabalho da minha vida*. Vol IV. Lisboa: Editora Marítimo-Colonial, 1945.
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DA MARINHA E DO ULTRAMAR. *Elementos para as estatísticas da província de Moçambique*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1907.
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DA MARINHA E DO ULTRAMAR. *Projeto de Reorganização Administrativa da Província de Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1905.
- MINISTÉRIO DA MARINHA E DO ULTRAMAR. *Relatório do ministro e secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.
- MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS. *Estatísticas dos caminhos de ferro das colônias portuguesas de 1888 a 1911*. Lisboa: Imprensa Oficial, 1913.
- MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS. *Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas*. Lei de 14 de outubro de 1914.
- MIRA, Ferreira de; RIBEIRO, Aquilino. *Brito Camacho*. Lisboa: Livraria Bertrand. s.d.
- NORONHA, Eduardo. *A rebelião dos indígenas em Lourenço Marques*. Lisboa: Typographia do Jornal "O Dia", 1894.
- NORONHA, Eduardo. *Freire de Andrade*. Lisboa: Editorial Cosmos, s.d.
- NORONHA, Eduardo. *O distrito de Lourenço Marques e a África do Sul*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895.
- OLIEVIRA MARTINS, J. P. *A emigração portuguesa*. Obras completas. Lisboa: Guimarães & C. Editores, 1956.
- OLIVEIRA MARTINS, J.P. *O Brasil e as colônias portuguesas*. Lisboa: Guimarães & C.A Editores, 1953
- OLIVEIRA MARTINS, J. P. *Portugal em África – a questão colonial: o conflito anglo-português*. Lisboa: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1891.
- ORNELLAS, Ayres de. *A nossa administração colonial: o que é, o que deve ser*. Lisboa: Congresso Colonial Nacional, 1903.
- ORNELLAS, Ayres de. *Coletânea das suas principais obras militares e coloniais*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1930.
- PIMENTA, Alfredo. *Chaimite*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1936.

- RITA, José Gonçalo Santa. Ensino nas colônias. Indigenato. IN: SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *II Congresso Colonial Nacional. De 6 a 10 de maio de 1924. Teses e Actas das Sessões*. Lisboa: América, 1924.
- ROCHA, Manuel Ferreira da. Bases orgânicas da administração colonial adequadas a cada colônia. IN: SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *II Congresso Colonial Nacional. De 6 a 10 de maio de 1924. Teses e Actas das Sessões*. Lisboa: América, 1924.
- SAMODÃES, Conde de; SILVA, Manuel Duarte Guimarães Pestana. *Breves considerações sobre a exportação dos vinhos portugueses para as províncias ultramarinas*. In: I Congresso Colonial Nacional, Lisboa: dezembro de 1901 (1902). Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1901 (1902).
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. As concessões de direitos majestáticos a empresas mercantis para o ultramar. Lisboa: Tipografia do Comércio de Portugal, 1891.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Vol. 18 Lisboa: Imprensa Nacional, 1901.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Vol. 19 Lisboa: Imprensa Nacional, 1901.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *II Congresso Colonial Nacional. De 6 a 10 de maio de 1924. Teses e Actas das Sessões*. Lisboa: América, 1924.
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *O Caminho de Ferro de Lourenço Marques parecer da Comissão Africana e Informação*. Lisboa: Casa da Sociedade de Geografia, 1982.
- TELLES, Basílio. *Do ultimatum ao 31 de janeiro*. Lisboa: Portugalia Editora, 1905.
- TESTA, Carlos. *A influência europeia na África perante a civilização e as relações internacionais – considerações acerca do tratado de 30 de maio de 1879*. Lisboa: Typographia Universal, 1880.
- TESTA, Carlos. *A política intercolonial e internacional e o tratado de Lourenço Marques*. Lisboa: Typographia Universal, 1881.

Bibliografia

- AFONSO, Aniceto. *Grande Guerra: Angola, Moçambique e Flandres (1914-1918)*. Lisboa: Quidnoi, 2008.
- ALEGRIA, Maria Fernanda. Análise geográfica do transporte de mercadorias nos caminhos-de-ferro portugueses no século XIX. *Análise Social*. Vol. XXIV (101-102), 1988.
- ALEXANDRE, Valentim. *A questão colonial no Parlamento (1821-1910)*. v. 1. Lisboa: Dom Quixote, 2008.
- ALEXANDRE, Valentim. *As origens do colonialismo português modernos, 1822-1891*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.
- ALEXANDRE, Valentim (coord.). *O Império Africano (séculos XIX a XX)*. Lisboa: Colibri, 2000.
- ALEXANDRE, Valentim. “Nação e Império”. IN: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Orgs). *História da Expansão Portuguesa: Do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- ALEXANDRE, Valentim. “Portugal em África (1825-1974) - Uma perspectiva global”. *Penélope: fazer e desfazer a história*. Lisboa, n. 11, 1993, pp. 53-66.
- ALEXANDRE, Valentim. “*Questão nacional e questão colonial em Oliveira Martins*”. *Análise Social*. Lisboa, v. 31, n. 135, 1996, pp. 183-201.

- ALEXANDRE, Valentim. “Situações Coloniais: A lenta erosão do antigo regime (1851-1890)”. IN: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa: Do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- ALEXANDRE, Valentim. “Situações Coloniais II – O ponto de viragem: as campanhas de ocupação (1890-1930)”. IN: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Orgs). *História da Expansão Portuguesa: Do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000.
- ALLINA, Eric. “Fallacious Mirrors: Colonial Anxiety and Images of African Labor in Mozambique, ca. 1929”. In: *History in Africa*, Vol. 24 (1997), pp. 9-52.
- ALMEIDA, Pedro R. *História do colonialismo português em África*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.
- AMARAL, Ilídio do. *Beira, cidade e porto do índico. Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*. Vol. IV-7, Lisboa, 1969, pp. 76-93.
- AMARAL, Luciano (org.). *Outubro: a revolução republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- ANDERSON, Perry. *Portugal e o ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- A.Z.C. “Moçambique” In: *Boletim da Agência Geral das Colônias*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, julho de 1927, ano 3, n. 21, pp. 116-140.
- BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa: Do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- BRÀSIO, Antônio. *D Antônio Barroso: missionário, cientistas, missiólogo*. Lisboa: Centro de Estudos Ultramarinos, 1961.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre História*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo Mediterrânico na Época de Filipe II – Vol. I*. Tradução Ministério da Cultura Francês. Lisboa: Dom Quixote, 1983.
- BRETES, Maria da Graça. “Arqueologia de um mito: a derrota de Gungunhana e a sua chegada a Lisboa”. *Revista Penélope: fazer e desfazer a história*. Lisboa, n. 2, 1989, pp. 76-95.
- BORGES, Barsanufu Gomides. Dossiê ferrovias. *Revista UFG*. Ano XIII, n. 11, dez de 2011.
- BOTELHO, J. Justino Teixeira. *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique*. Lisboa: Centro Tip. Colonial, 1936.
- BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África Negra*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- CABAÇO, José Luis. *Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- CABAÇO, José Luís. “Trabalho, colonialismo e pós-colonialismo em Moçambique”. In: CASTELO, Claudia; THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, Sebastião; SILVA, Teresa Cruz (Orgs.) *Os outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2012.
- CABRAL, Manuel Villaverde. *Portugal na Alvorada do século XX: forças sociais, poder político e crescimento econômico de 1890 a 1914*. Lisboa: Regra do Jogo, 1979.
- CAETANO, Marcello. *Estudos de Direito e Administração Colonial – Portugal e o Direito Colonial Internacional*. Lisboa: 1948.
- CAHEN, Michel. Seis teses sobre o trabalho forçado no império português continental em África. *África (São Paulo, 1978, online)*. São Paulo: n. 35, 2015, p. 129-155.

- CAPEL, Horace. *Filosofia y ciência em la geografia contemporânea: uma introducción a la Geografia*. Barcelona: Barcanova: Temas Universitários, 1981.
- CAPELA, José. *A burguesia mercantil do Porto e as colônias, 1834-1900*. Porto: Afrontamento.
- CAPELA, José. *O álcool na colonização do Sul do Save 1860-1920*. Litografia Ach. Brito, Maputo, 1995.
- CAPELA, José. *O imposto de palhota e a introdução do modo de produção capitalistas nas colônias*. Porto: Afrontamento, 1977.
- CAPELA, José. *O vinho para o preto: notas e textos sobre a exportação do vinho para a África*. Porto: Afrontamento, 1973.
- CASTRO, Armando. *Estudos de História Sócio-Econômica de Portugal*. Porto: Limiar, s.d.
- CLARENCE-SMITH, Gervase. *O terceiro império português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema, 1990.
- COOPER, Frederick. *Além da escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- COOPER, Frederick. *História da África. Capitalismo, Modernidade e Globalização*. Lisboa: Edições 70, 2016.
- COSTA, Fernando. *Portugal e a Guerra Anglo-Boer: política externa e opinião pública (1899-1902)*. Lisboa: Cosmos, 1998.
- COVANE, Luís Antônio. *As relações econômicas entre Moçambique e a África do Sul, 1850-1964: acordos e regulamentos principais*. Maputo: Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, 1989.
- CUNHA, Amadeu. *Mousinho, grande capitão de África*. Vol. III. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1936.
- CUNHA, Pedro José da. "A Companhia de Moçambique e a sua obra" In: *Boletim da Agência Geral das Colônias*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, julho de 1925, ano 1, n. 5, pp. 31-67.
- DAGET, Serge. *La traite des Noirs. Bastilles négrières et velléités abolitionnistes*. Rennes: Ouest-France Université, 1990.
- DIREITO, Bárbara Pinto Teixeira. *Políticas coloniais de terras em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a Companhia de Moçambique, 1892-1942*. Tese de Doutorado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013.
- DOMINGOS, Nuno. "A desigualdade como legado da cidade colonial: racismo e reprodução de mão de obra em Lourenço Marques". In: DOMINGOS, Nuno; PERALTA, Elsa (Orgs.). *Cidade e Império. Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2013.
- DORES, Hugo Gonçalves. *A missão da República: política e religião e o Império Colonial Português (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2015.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FERNANDES, Paulo Jorge. *Mouzinho de Albuquerque: um soldado ao serviço do Império*. Lisboa: A esfera dos livros, 2010.
- FERREIRA, António Matos. "Correntes cristãs na definição do espaço colonial português". In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHUI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 4. Lisboa: Temas e Debates, 2001.
- FERRO, Marc. *História das Colonizações: das conquistas às independências, século XIII a XX*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FORTUNA, Carlos. *O fio da meada: o algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-mundo (1860-1960)*. Lisboa: Afrontamento, 1993.
- FRELIMO. *História de Moçambique*. Maputo: 1971.

- FRY, Peter (org.). *Moçambique: ensaios*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- FRÓIS, António Gomes. O porto da Beira. *Moçambique Documentário trimestral*. Lourenço Marques: n. 31, Imprensa Nacional, 1942, pp. 19-39.
- FURET, François. “A história quantitativa e a construção do fato histórico”. In SILVA, Maria B. Nizza da. *Teoria e História*. São Paulo: Cultrix, 1977, pp. 1-19.
- GALVÃO, João Alexandre L. Importância dos caminhos de ferro no desenvolvimento econômico das colônias. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: 1929, série 47, n. 7-8.
- GARCIA, José Luís Lima. *Ideologia e propaganda colonial no Estado Novo: da Agência Geral das Colônias à Agência Geral do Ultramar 1924-1974*. Tese. Universidade de Coimbra: Faculdade de Letras, 2011.
- GERWARTH, Robert; MANELA, Erez (Org.) *Impérios em guerra: 1911-1923*. Lisboa: Dom Quixote, 2014.
- GUIMARÃES, Ângela. “A ideologia colonialista em Portugal no último quartel do século XIX”. *Ler História*. Lisboa, n. 1, 1983, pp. 69-79.
- GUIMARÃES, Ângela. *Uma corrente do colonialismo português: A Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895)*. Lisboa: Livro Horizonte, 1984.
- HAMMOND, Richard J. *Portugal and Africa, 1815-1910. A Study in Uneconomic Imperialism*. Stanford: Stanford University Press, 1966.
- HARRIES, Patrick. *Work, culture, and identity: migrant laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910*. Portsmouth: Heinemann; Johannesburg: Witwatersrand University Press; Londres: James Currey, 1994.
- HENRIQUES, Isabel Castro. Construção da História: Sedimentação das culturas coloniais. In: *Os pilares da diferença: as relações Portugal-África entre os séculos XV-XX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2004, p. 15-31.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era dos impérios: 1875 -1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOBSON, J. A. *Estudio del Imperialismo*. Madrid: Alianza, p. 1981.
- HOCHSCHILD, Adam. *O fantasma do rei Leopoldo: uma história de voracidade, terror e heroísmo na África colonial*. Lisboa: Editorial Caminho, 2001.
- ISAACMAN, Aileen F; ISAACMAN, Barbara. *A tradição de resistência em Moçambique. O vale do Zambeze, 1850-1921*. Porto: Afrontamento, 1979.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *A diplomacia do Império: política e religião na partilha da África (1820-1890)*. Lisboa: Edições 70, 2012.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira; MONTEIRO, José Pedro. “Das ‘dificuldades de levar os indígenas a trabalhar’: o ‘sistema’ de trabalho nativo no império colonial português”. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org.). *O Império Colonial em questão (séc. XIX-XX). Poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, 2012.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *Livros brancos, almas negras: a “Missão Civilizadora” do colonialismo português (c.1870-1930)*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
- KEESE, Alexander. “Slow abolition within the colonial mind: British and french debates about ‘vagrancy’, ‘african laziness’, and forced labour in West central and South central Africa, 1945-1965”. In: *IRSH*, 59 (2014), pp.377- 407.
- LAINS, Pedro. Causas do colonialismo português em África, 1822-1975. *Análise Social*, vol. XXXIII, 1998, pp. 463-469.
- LAINS, Pedro. O protecionismo em Portugal (1842-1913): um caso mal sucedido de industrialização concorrencial. *Análise Social*. Vol. XXIII, 1987, pp. 481-503.

- LENIN, Vladimir. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2008.
- LEÓNARD, Yves. “A ideia colonial, olhares cruzados (1890-1930). IN: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Orgs). *História da Expansão Portuguesa: Do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- LIMA, Alfredo Pereira de. *História dos caminhos de ferro de Moçambique*. Lourenço Marques, 1971.
- LIMA, Lisboa de. “O porto comercial da Beira”. In: *Boletim da Agência Geral das Colônias*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, julho de 1929, ano 4, n. 50, pp. 35-58.
- LOBATO, Alexandre. *Evolução Administrativa e Econômica de Moçambique 1752-1763*. Lisboa: s.e, 1957.
- LUCAS, Maria Manuela. Do Brasil a África: a expansão oitocentista portuguesa na corrente das ideias modernas. *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXVI, 1991, pp. 459-477.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MACAGNO, Lorenzo. “O discurso colonial e a fabricação dos usos e costumes: António Enes e a ‘Geração de 95’”. IN: FRY, Peter. *Moçambique: ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- MARY, Cristina Pessanha. *Geografias pátrias: Brasil e Portugal – 1875-1889*. Niterói: Editora da UFF, 2010.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Primeira República Portuguesa: Alguns aspectos estruturais*. 3.^a ed., Lisboa: Livros Horizonte, 1980.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal: das revoluções liberais aos nossos dias*. v. II. Lisboa: Palar Editores, 1998.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Nova História da Expansão Portuguesa (volume XI) O Império Africano (1890 – 1930)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal – da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- MARTINEZ, Esmeralda Simões. *O trabalho forçado na legislação colonial portuguesa – o caso de Moçambique (1899-1926)*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa – Departamento de História, 2008.
- MATOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, v. 5, s/d.
- MATTOS, Regiane Augusto de. *As dimensões da resistência em Angoche: da expansão política do sultanato à política colonialista portuguesa no norte de Moçambique (1842 – 1910)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, 2012.
- MBANZE, Inês Francisco. *Influência geo-espacial do porto da Beira e caminhos de ferro do centro de Moçambique*. Maputo-Moçambique: Universidade Eduardo Mondlane. 1995.
- MENDES, J. M. Amado. Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX. *Análise Social*, vol. XVI, 1980, pp. 31-62.
- MENESES, Filipe Ribeiro. O Império Português. IN: GERWARTH, Robert; MANELA, Erez. *Impérios em Guerra (1911-1923)*. Lisboa: Dom Quixote, 2014.
- MONTEZ, Caetano. *Descobrimento e fundação de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Minerva Central, 1945.
- MORENO, Helena Wakim. O papel da Sociedade de Geografia de Lisboa na edificação do Terceiro Império Português: a fase expansionista. IN: BOMFIM, Paulo Roberto Albuquerque; NETO, Manoel Fernandes de Sousa (Org.). *Geografia e pensamento geográfico no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2010.

- MORENO, Helena Wakim. Questões ao sul: notas acerca do Congresso Colonial Nacional da Sociedade de Geografia de Lisboa. III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico / I Encontro Nacional de Geografia História. 2012.
- NASCIMENTO, Augusto. “Escravidão, trabalho forçado e contrato em S. Tomé e Príncipe nos séculos XIX e XX: sujeição e ética laboral”. In: *Africana Studia*, Nº 7, 2004, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.183-217.
- NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Mem Martins: Europa-América, 1997.
- NEWITT, Malyn. “The portuguese on the Zambezi: an historical interpretation of the prazo system. *The Journal of African History*, v. 10, 1969, pp. 67-85.
- OLIVEIRA, Pedro Aires. A república e a Guerra, 1914-1918. IN: AMARAL, Luciano (org.) *Outubro: a revolução republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- PAPAGNO, Giuseppe. *Colonialismo e feudalismo. A questão dos prazos da coroa em Moçambique nos finais do século XIX*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.
- PEDREIRA, Jorge M. “Comércio ultramarino e integração económica”. IN: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Orgs). *História da Expansão Portuguesa: Do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- PEDREIRA, Jorge M. “Imperialismo e economia”. IN: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa: Do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- PEDREIRA, Jorge M. “Sobre os escombros de um império: entre o Brasil e África”. IN: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Orgs). *História da Expansão Portuguesa: Do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- PÉLISSIER, René. *As Campanhas Coloniais de Portugal (1844 – 1941)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2006.
- PÉLISSIER, René. *História de Moçambique. Formação e oposição: 1854-1918*. 2. V. Lisboa: Estampa, 1997.
- PENVENNE, Jeanne. “‘Here everyone walked with fear’: the Mozambique labor system and the workers of Lourenço Marques, 1945-1962”. In: COOPER, Frederick (org.). *Struggle for the city: migrant labor, capital, and the State in urban Africa*. Berkeley: Sage, 1983.
- PENVENNE, Jeanne Marie. “Introduction: African workers and Colonial racism”. E “Conclusion: African workers and Colonial racism. Images, groups, and individuals”. In: *African workers and colonial racism. Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*. Portsmouth: Heinemann, 1995.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *Livre-câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971.
- PINHEIRO, Magda de Avelar. A construção dos caminhos-de-ferro e a encomenda de produtos industriais em Portugal (1855-90). *Análise Social*. Vol. XXIV (101-102), 1988, pp. 745-767.
- PINHEIRO, Magda de Avelar. Investimentos estrangeiros, política financeira e caminhos-de-ferro em Portugal na segunda metade do século XIX. *Análise Social*. Vol XV (58), 1979, pp. 265-286.
- PINTO, António Costa. “Muitas crises, poucos compromissos: a queda da Primeira República”, *Penélope*, nº. 19-20, 1998. p. 43-70.
- PRADO Jr., Caio. “História quantitativa e o método da historiografia”. *Debate & Crítica*, n. 6, 1975, pp. 1-19.

- PROENÇA, Cândida. *A questão colonial no Parlamento (1910-1926)*. v. 2. Lisboa: Dom Quixote, 2008.
- RAMOS, RUI. *História de Portugal. A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
- RAMOS, Rui. “Um novo Brasil de um novo Portugal: A história do Brasil e a ideia de colonização em Portugal nos séculos XIX e XX”. *Penélope*, 23, 2000, pp. 129-168.
- REGO, Antônio da Silva. *O ultramar português no século XIX*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1966.
- REIS, Bruno Cardoso; PINTO, Sérgio Ribeiro. República e Religião, ou a procura de uma separação. AMARAL, Luciano (Org.) *Outubro. A revolução republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- ROCHA, Aurélio. *Associativismo e nativismo em Moçambique: Contribuição para o Estudo das origens do nacionalismo moçambicano*. Promedia, 2002.
- ROSANVALLON, Pierre. “Por uma História Conceitual do Político”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, n. 30, 1995, pp. 9-12.
- SALGADO, F. Ribeiro. *A Evolução do Comércio Especial Ultramarino*. Lisboa: s.e., 1939.
- SANTOS, Gabriela Aparecida dos. *Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821- 1897)*. São Paulo: Alameda, 2010.
- SANTOS, Gislene Aparecida dos. Ideias e imagens de uma gente de cor preta: selvagens, exóticos, demoníacos. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 2, p. 275-289, 2002.
- SANTOS, Maciel. “Trabalho forçado na época colonial – um padrão a partir do caso português?”. In: *Hendu*, 4(1): 9-21 (2014).
- SANTOS, Maria Emilia Madeira. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. Lisboa: Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1978.
- SARTRE, Jean-Paul. *Colonialismo e Neocolonialismo (Situações V)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *História da análise econômica*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- SILVA, Priscila Velozo da. O movimento geográfico luso e a criação da Sociedade de Geografia de Lisboa. *Transversos*, Rio de Janeiro, v. 03, n. 03, out-mar. 2014/2015, pp. 92.106.
- SOBOUL, Albert. “Descrição e medida em história social” IN *A História Social: problemas, fontes e métodos*. Colóquio da Escola Normal Superior de Saint-Cloud (15-16 de maio de 1965). Lisboa: Edições Cosmos, 1973, pp. 25-45.
- SOPA, Antônio. *Condições de habitabilidade numa pequena povoação costeira da África Austral, 1892-1925*. IN: TIVANE, Carlos Lourenço Nhambe. *Manica e Sofala: subsídios para a sua história e descrição de fontes existentes no arquivo histórico de Moçambique (1942-1974)*. Maputo-Moçambique: Universidade Eduardo Mondlane, 1999.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. “Colônias e colonização portuguesa na cena internacional (1885-1930)” IN: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa: Do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. “Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum inglês”. *Análise Social*. Lisboa: v. 23, n. 98, 1987, pp. 687-719.
- TELO, António José. *Lourenço Marques na política externa portuguesa (1875-1900)*. Lisboa: Cosmos, 1991.

- TIVANE, Carlos Lourenço Nhambe. *Manica e Sofala: subsídios para a sua história e descrição de fontes existentes no arquivo histórico de Moçambique (1942-1974)*. Maputo-Moçambique: Universidade Eduardo Mondlane, 1999.
- THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Os “Filhos da Terra”: discurso e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890 – 1930)*. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2008.
- VILHENA, Maria da Conceição. *Gungunhana – grandeza e decadência de um império africano*. Lisboa: Edições Colibri, 1999.
- VILHENA, Maria da Conceição. *Gungunhana no seu reino*. Lisboa: Edições Colibri, 1996.
- WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- WHEELER, Douglas L. “Joaquim Mousinho de Albuquerque (1855-1902) e a política do colonialismo”. *Análise Social*. Lisboa, v. 16, n. 61-62, 1980, pp.295-318.
- ZAMPARONI, Valdemir. “Da escravatura ao trabalho forçado: teorias e práticas”. In: *Africana Studia*, Nº 7, 2004, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.299-325.
- ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro: colonialismo de racismo em Moçambique*. Salvador: Edufba/CEAO, 2012.